A importância da documentação histórico-arqueológica. A biblioteca - suporte ou resultado da investigação

M. Conceição Rodrigues *

Resumo

"Se só tem futuro quem cuida do seu passado", consideramos que o IICT como instituição científica, técnica e cultural, empenhada em acções de cooperação, é o herdeiro da Comissão de Cartografia, criada em 1883, a qual constituiu o mais antigo organismo dirigido pelo Estado português para a investigação e conhecimento do mundo tropical do então chamado «império ultramarino» de um modo continuado. O seu património arqueológico e histórico-cultural, resultado dessa longa investigação, permite hoje desenvolver cada vez mais uma aproximação entre Portugal e a África, para a construção e valorização da sua história comum.

Abstract

"Only those who take care of their past will have a future". We consider that IICT as a scientific, technical and cultural as well as an engaged institution in cooperation actions is the heir to the Cartographic Commission, created in 1833. This scientific commission, which was the first organization ran by the Portuguese state, focused on the research and knowledge of the tropical world of the so called "overseas empire". The main result of this long research is the archaeological, historical and cultural legacy gathered, which allows us to develop a stronger and tighter connection between Portugal and Africa, thus being able to contribute to the construction and valorization of the History of Africa.

* Arqueóloga do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Lisboa.

1. Introdução

Este trabalho que nos foi solicitado sobre a documentação histórico-arqueológica existente no hoje IICT, tornou-se numa reflexão acerca do longo passado desta centenária instituição, dado poder-se, através dessa documentação, revisitar toda a dinâmica que lhe deu alma.

O actual Instituto de Investigação Científica Tropical – IICT – como instituição científica, técnica e cultural – e empenhado em acções de cooperação, é o herdeiro da Comissão de Cartografia criada em 1833, a qual constituiu o mais antigo organismo dirigido pelo Estado português para a investigação e conhecimento do mundo tropical do chamado «império ultramarino português» de um modo continuado.

Vamos procurar divulgar aspectos do historial do actual IICT, desde a criação da **Comissão de Cartografia**, como um contributo para a sua valorização e simultaneamente divulgação dos primórdios da investigação científica dirigida para a África. Com o "nascer" desta Comissão deu-se início à leitura de um enorme espaço geográfico e ao afirmar de um património historico-cultural único, presente em cartas e mapas, manuscritos e livros, colecções arqueológicas e etno-arqueológicas, osteológicas, desenhos, fotografias, micro-filmes e filmes entre outros, de que o Instituto é fiel depositário.

2. Em torno da história

A partir do século XVI o conhecimento do Mundo e do Homem iniciou-se à escala universal, como consequência do desenvolvimento provocado pelos descobrimentos em que Portugal teve um papel predominante.

Até ao último quartel do século XVIII, as explorações geográficas tinham atingido um elevado nível científico na Europa, permitido assim, que em duas décadas se desse a conhecer a verdadeira dimensão do Globo Terrestre, enquanto relativamente à África subsaariana pouco se sabia. Estava-se em pleno século das luzes no qual havia uma grande motivação pelo conhecimento directo o que conduziu ao interesse pelas viagens.

Quanto àquela grande parte da África o que se sabia era muito pouco. Portugal tinha dado a conhecer de um modo empírico alguns aspectos e o que se praticava era a exploração comercial, dominando o comércio de escravos e marfim. Vai ser, porém, nesse período que irão ser enviadas as primeiras missões científicas para as então colónias, com a finalidade de adquirir conhecimentos, enriquecer colecções e fundamentalmente avaliar os seus recursos naturais, evitando que a sua exploração continuasse a depender do acaso. Ao académico competia estudar a Natureza, mas também, ensinar a sociedade a aproveitá-la. Dessas actividades destacamos a expedição que partiu de Lisboa, em Maio de 1797, chefiada pelo Dr. Lacerda e Almeida – o percursor das viagens científicas no interior da África, tendo caminhado cerca de 1600 quilómetros (de Tete ao Cazembe), no coração da África Austral. O seu diário com longitudes (apontamentos únicos para a época), ficou guardado; estes dados não puderam ser utilizados para a elaboração de cartas para esclarecer a geografia, por razões várias, como as invasões francesas e a ida da corte portuguesa para o Brasil. Somente com o Marquês de Sá da Bandeira, em meados do século XIX, o diário foi descoberto e publicado. Estava-se em 1845.

A divulgação desta obra com um prefácio do capitão Burton [1], de 1873, veio posteriormente a ser feita pela Sociedade de Geografia de Londres , depois dos geógrafos se terem apercebido da importância do escrito.

Aquele médico e cientista não completou a primeira tentativa de travessia científica da África Austral, devido à sua morte, mas apontou o caminho, descobrindo o que faltava percorrer e, assim, informar que no centro da África havia dois reinos politicamente fortes, que dominavam o comércio e não terras inóspitas.

Estes dados ao fim de três quartos de século continuavam a ser uma importante fonte, porque apenas com os elementos fornecidos posteriormente por Livingstone, na Europa se entraria na posse de novos conhecimentos.

O seu relacionamento com os africanos foi de tal modo significativo que, na segunda metade do século XIX, nas tradições do Cazembe, os povos do reino da Lunda Este, ainda veneravam religiosamente a memória do Dr. Lacerda e Almeida.

2.1. *Percursos da Investigação – Um reconhecimento*

Com a criação de uma **Comissão Central Permanente de Geografia** – CCPG – em 1876, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e do Ultramar, originou-se uma nova competência, ao pretender-se acompanhar a mudança que se fazia sentir, na Europa, na qual triunfava a ideologia colonial. A Comissão estava incumbida de ordenar e aproveitar em benefício da nação todos os documentos que pudessem esclarecer aspectos geográficos, históricos, arqueológicos, antropológicos e de ciências naturais em relação a Portugal e especialmente em relação ao Ultramar.

[1] Richard Burton, viajante europeu do séc. XIX, orientalista eminente e um dos fundadores da London Anthropological Society, em 1863.

Davam-se assim os primeiros passos, contribuindo para o conhecimento e desenvolvimento da investigação científica, sendo o serviço prestado pelos membros à Comissão aprovado pelo Governo, mas não remunerado.

Esta decisão vem muito certamente na sequência da Conferência Geográfica de Bruxelas, que teve lugar nesse mesmo ano, sob a égide do rei Leopoldo II, a qual deu origem à criação da Associação Internacional Africana, que iria conduzir a rápidas alterações na história de África.

Na realidade, o interesse e a conjuntura política desenvolvidas nas últimas décadas do século XIX e até 1910 haviam modificado toda a organização socio-cultural de África. Este continente fora ocupado e submetido pelas potências imperialistas e pela efectiva instauração do regime colonial. Estas tinham envolvido África numa rede administrativa, que embora pouco uniforme, a unificava com base em ideias comuns, fenómeno único na história da dominação Europeia [2]. Veja-se o mapa da efectiva ocupação da África em 1880 (fig. 1).

O território africano era até então governado, em cerca do 80%, pelos seus próprios chefes, agrupados em reinos, estados, impérios e comunidades ou outro tipo de unidades políticas de diferentes dimensões e natureza variada.

Nos trinta anos seguintes, toda a África foi sendo submetida à dominação dos interesses das potências europeias e dividida em «colónias» de dimensões estabelecidas a régua e esquadro. Nesse período de ataque generalizado, os seus valores culturais foram sendo profundamente alterados, depois de os africanos terem sofrido «a caça ao escravo», em que lamentavelmente muitos dos seus Chefes haviam participado e usufruido, tiveram de enfrentar os novos desafios do colonialismo, para os quais não estavam minimamente preparados.

Estas ambições foram o resultado das políticas e das novas necessidades económicas e tecnológicas da Europa. O tempo do comércio livre com e para a África havia terminado, dado que aquele continente tão rico em matérias primas estava a ser cobiçado. Estas constituiam um dos objectivos principais das potências europeias. Tinha-se assim entrado na era dos monopólios.

O resultado está patente no mapa da partilha da África e nas fronteiras então determinadas (fig. 2).

Os africanos, porém, não pareciam ter sentido necessidade de modificar o seu já longo relacionamento com os europeus (fig. 3). No entanto, na Europa, graças ao desenvolvimento industrial e ao progresso tecnológico que a mesma dispunha, não se pretendia manter tal letargia. Tinham surgido os barcos a vapor, os caminhos de ferro, o telégrafo e as armas como a célebre metralhadora «Maxim», que aqueles não podiam vencer.

As necessidades dos europeus tinham aumentado; consequentemente era necessário conhecer melhor a África e os africanos para melhor os dominar [3].

---

[2] A célebre obra de Frederick Lugard, *The Dual Mandate*, 1922, justificava teoricamente a presença europeia, como refere Raymond Betts (1991, p. 323).

[3] Na História de África além da ocupação feita pelos europeus e do domínio total das suas populações, como justificação moral regista-se também, o aparecimento de uma nova ciência – a Antropologia. Este método de estudo e avaliação das sociedades e das suas culturas surge devido à necessidade de se poder entender as sociedades ditas primitivas, isto é, segundo os filósofos e os historiadores, por não possuírem uma história digna de ser contada, eram considerados inferiores aos europeus, para além de serem bem diferentes na cor da pele (Fage, 1982).

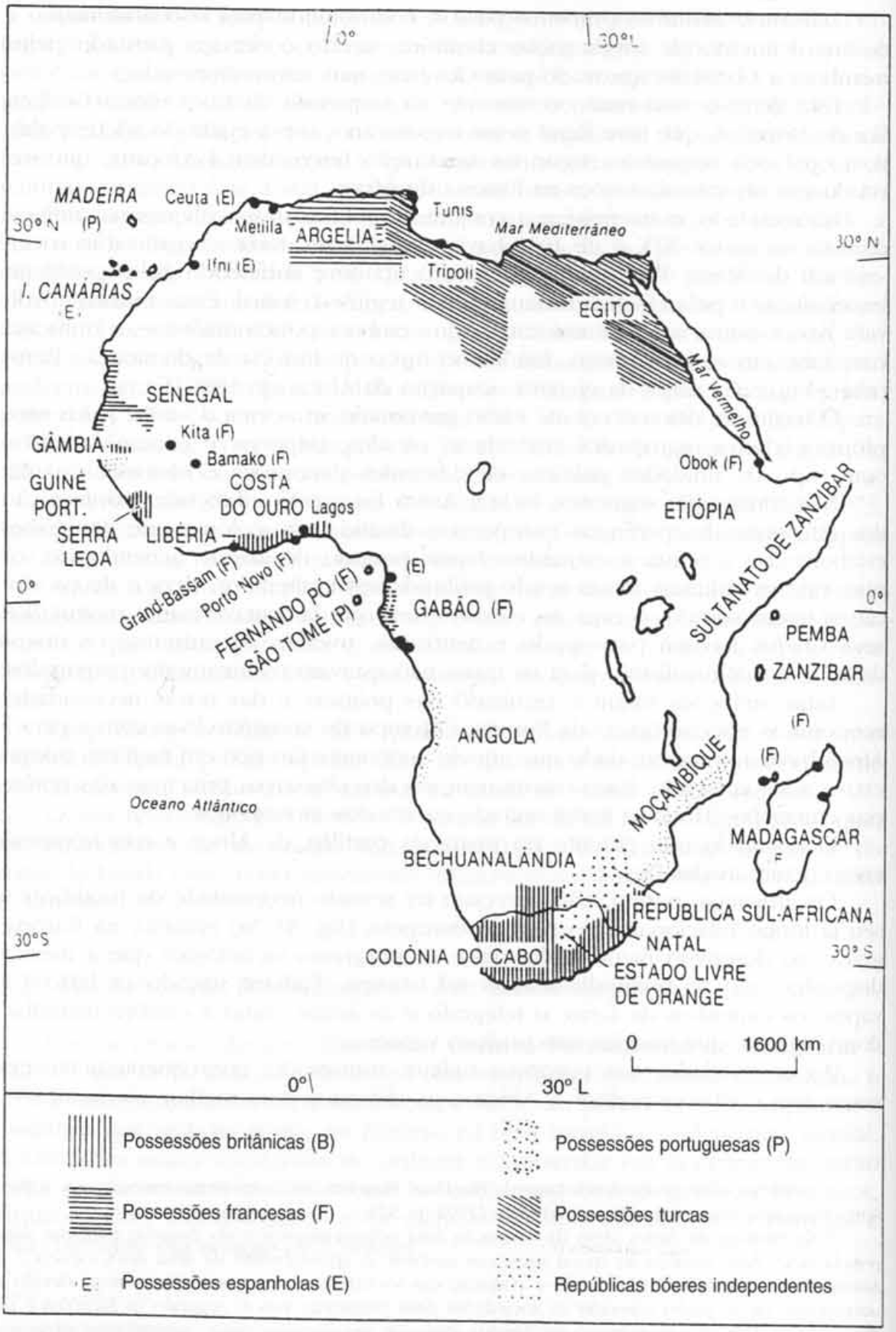


Fig. 1 – A África em 1880, em vésperas da partilha e da conquista.

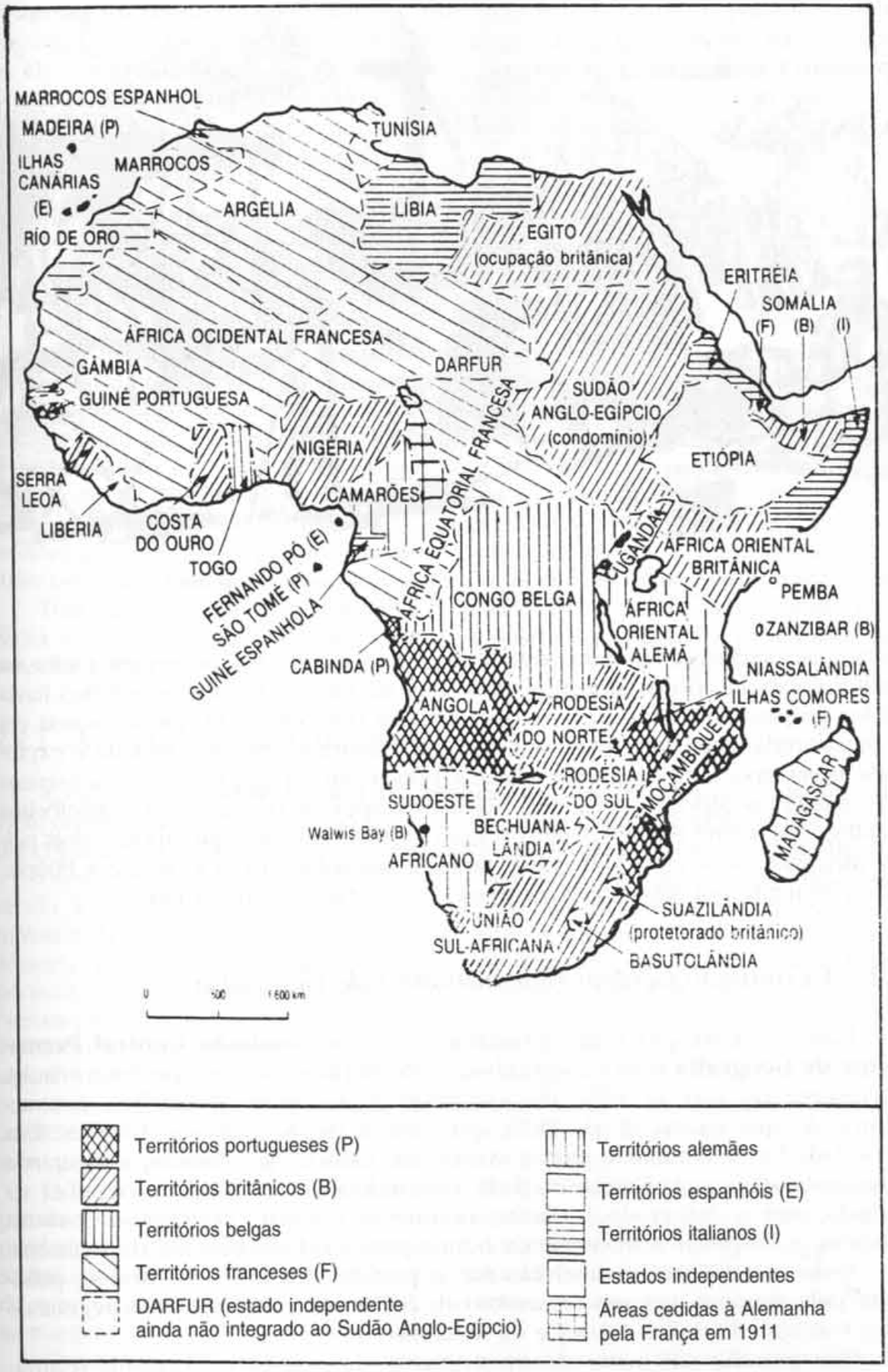


Fig. 2 – A África em 1914.

Fig. 3 – Um chefe africano, no meio de seu povo, recebendo um europeu, 1883.

Com esse objectivo, inúmeras estratégias foram sendo seguidas com maior ou menor colaboração dos africanos, dado que no mesmo espaço geográfico havia vários grupos etnoculturais, bem distintos uns dos outros. O que acontecia era o desentendimento entre eles, situação que foi largamente aproveitada e explorada nesta época de confronto, dada a pouca informação e interesses comuns dos dirigentes africanos e ainda, por não disporem de acesso a conselheiros estrangeiros, como refere Olivier e Fagan (1980). Sabemos que apenas dois países africanos, no século XIX, conservaram a sua soberania: a Libéria e a Etiópia, provavelmente por saberem fazer frente ao colonialismo nesta fase.

2.2. *A Comissão Central (Permanente) de Geografia*

Para a valorização e desenvolvimento desta **Comissão Central Permanente de Geografia** houve a contribuição de um novo factor, que foi a criação, igualmente no ano de 1876, da Sociedade de Geografia de Lisboa, à semelhança do que existia desde 1821, em Paris e desde 1830 em Londres. Esta Sociedade foi determinante para o avanço das ciências geográficas, assegurando funcionalidade aquela Comissão, dada a prioridade da investigação científica ser dirigida para a defesa do Ultramar, porque as colónias portuguesas estavam também, a despertar o interesse de outros países nomeadamente da Inglaterra.

Todo o trabalho desenvolvido foi, à partida, descrito nos *Annaes*, publicado pela primeira vez em Dezembro de 1876 (tal como se vinha registando para Portugal, ilhas dos Açores e da Madeira).

Para permitir um maior desenvolvimento da política estabelecida relativamente ao Ultramar e contando com o apoio da Sociedade de Geografia, a

Comissão foi reestruturada. Estava-se em 1880 e foi durante a presidência do Visconde de S. Januário (Presidente Honorário que posteriormente daria corpo ao Museu Arqueológico do Carmo), que esta passou a designar-se **Comissão Central de Geografia**. Mantendo como objectivos o desenvolvimento de actividades científicas no campo da Geografia, História Etnológica, Arqueologia, Antropologia e Ciências Naturais.

Dado que, na época, nenhum daqueles ramos do saber era alheio à Geografia, foi considerado prioritário o da Cartografia para o desenvolvimento dessas actividades em moldes científicos e para poder dar resposta às necessidade de levantamentos cartográficos dos territórios ultramarinos, permitindo assim o seu conhecimento e delimitação efectiva.

Nessa conformidade, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar, Barbosa du Bocage, instituiu, em 19 de Abril de 1883, a **Comissão de Cartografia**, tendo por objectivo, conforme o seu Preâmbulo, entre outros aspectos, o da publicação de cartas e notícias geográficas, nas quais se consignam os resultados das sucessivas investigações.

O trabalho foi iniciado em Angola e a grande figura da fase de arranque foi Ernesto de Vasconcelos, geógrafo, técnico, consultor, relator e diplomata do Governo para os assuntos coloniais, tendo promovido a criação de diferentes missões geográficas. O primeiro projecto posto em execução foi o referente ao *Atlas Geral das Colónias*.

Todo este trabalho veio permitir o desenvolvimento do conhecimento da África e o aparecimento de um *corpus* de dados, que deu início a locais de consulta e leitura.

2.2.1. A Comissão de Cartografia

A vida desta **Comissão de Cartografia** foi longa, produzindo trabalho até 1936, durante cinquenta e três anos e dirigindo os estudos cartográficos no interior das colónias e a delimitação de fronteiras com as então colónias vizinhas (fig. 4).

Como resultado do trabalho desenvolvido pelos portugueses, nos finais do século XVIII, tinham-se reunido as condições necessárias para empreender a travessia da África, que já havia sido tentada com a expedição do Dr. Lacerda e Almeida. Este descobrira a divisão política da África central, bem como as perspectivas do caminho entre as duas costas. Sabia-se também que os chamados "sertanejos" de Angola há muito exploravam os diferentes caminhos no mato. Procurou-se então aproveitar essa experiência, propondo-lhes itinerários e alguns mostraram interesse pela exploração de novos caminhos. Muito embora nos seus cânones lhes faltasse a "cultura científica", integraram-se bem no ambiente físico que tinham de atravessar, pois tinham larga experiência de viagens, grande persistência e alguns até sabiam escrever bem.

O interesse do Ministro de Portugal, do Governador de Angola e do responsável da "feira de Caçanje", Honorato da Costa, levou à preparação de dois pombeiros negros – Pedro João Baptista e Amaro José, por serem dos que mais se tinham esforçado por comerciar directamente com o Muatiânvua, soberano do reino da Lunda Oeste, área que se pretendia atravessar para chegar até Tete, na margem do Zambeze – Rios de Sena.

O itinerário foi definido e a viagem iniciou-se em 1802, não sem alguma perspicácia, pois a missão oficial dos «pombeiros» era a recolha dos bens de

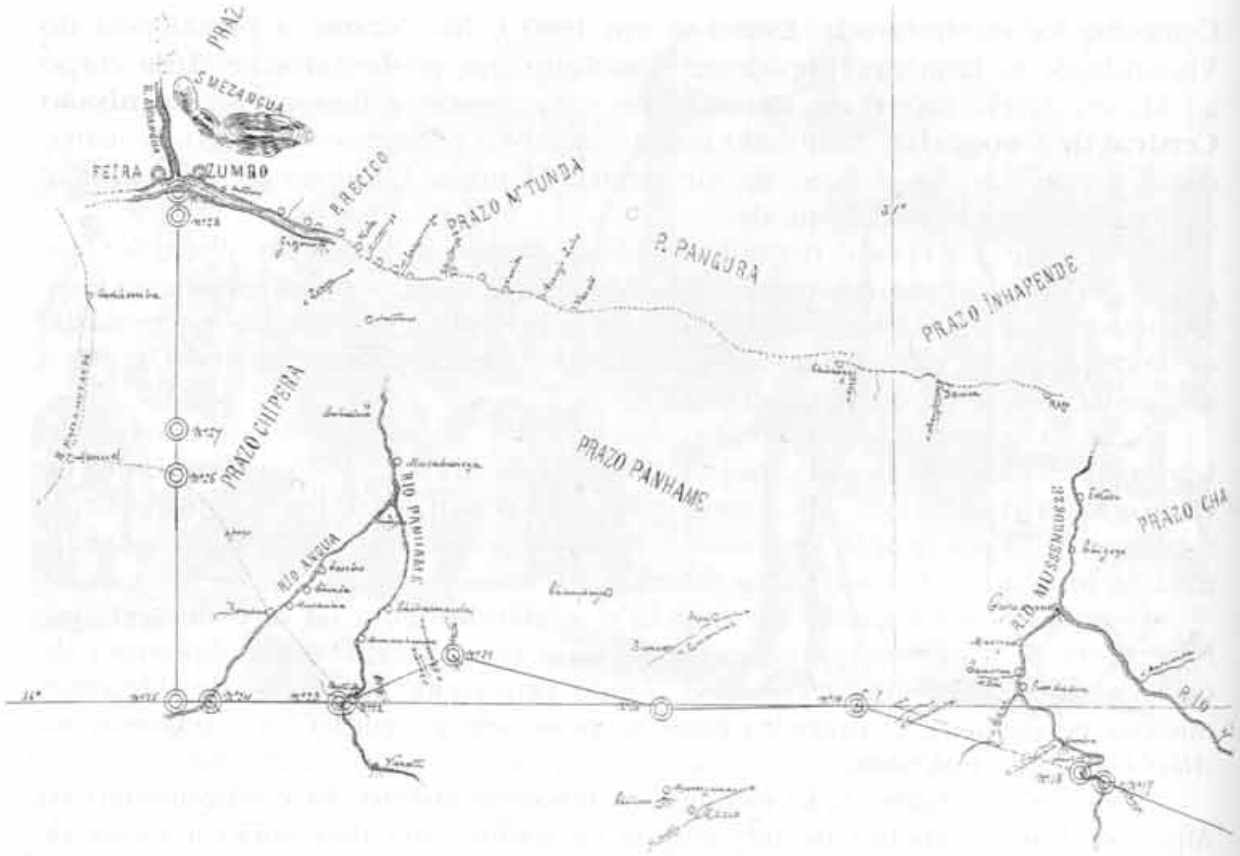


Fig. 4 – Pormenor da carta da demarcação de fronteira em Moçambique – 1903. Esc. 1: 250.000.

Lacerda e Almeida no Cazembe. Estes dois "exploradores" percorreram todo o interior da África meridional desde o Cassanje (Angola) até Tete, no vale do Zambeze na margem direita deste rio. Puderam contar com a protecção das autoridades do senhor da Lunda ocidental e viajaram ainda por caminhos totalmente interditos aos brancos e desconhecidos ainda no último quartel do século XIX, até atingirem a corte do Muata Cazembe, reino da Lunda oriental, onde chegaram em 30 de Outubro de 1806. Deixaram-nos ainda, a primeira narrativa da corte do Cazembe (Explorações..., 1843) porque, quando Lacerda e Almeida chegou àquele reino, a doença impediu-o de descrever o que vira aquando da sua chegada.

O rei estava sentado, vestido com panos de seda, veludo e adornado com missangas variadas (contas) nos braços e nas pernas, rodeado do seu povo, na Praça Pública e com todos os seus atributos. Pelo guia que havia acompanhado os «pombeiros», desde a corte do Mutiânvua, foi entregue uma carta deste, dizendo que lhes enviava os emissários du Muene Puto (Rei de Portugal), para que os guiasse até Tete. Além de outras recomendações, referia que, após cumprida a missão, lhos enviasse de novo, para que ele os fizesse passar a Angola.

Este soberano ficou muito sensibilizado por lhe terem enviado "africanos brancos" (isto é, vestidos à europeia), porque desde a expedição de Lacerda e Almeida que as relações com Tete estavam suspensas e puderam ser reatadas.

Os pombeiros contaram para tal com a ajuda dos escravos do velho afro-português Caetano Pereira, que havia acompanhado o explorador Dr. Lacerda e Almeida, na viagem ao Cazembe.

Os «pombeiros» só conseguiram chegar a Tete em 2 de Fevereiro de 1811, (por terem ficado retidos, devido às revoltas dos povos Muízas durante quatro anos). Esta situação tinha ocorrido também no início da viagem, após os primeiros oito dias de marcha e somente a retomaram em 1805, depois de terem conseguido arranjar bons guias. Todos estes contratempos permitem avaliar como a travessia da África a pé era um trabalho complexo mesmo para os próprios africanos.

Em Tete, os «pombeiros» foram recebidos pelo Governador dos Rios de Sena. Tendo entregue as suas cartas e os devidos esclarecimentos, preferiram voltar de novo a pé, para poderem fazer o caminho seguido e o descrever com pormenor, muito embora lhes tivessem oferecido a viagem por mar. Gastaram mais de oito anos para fazer o percurso de ida e no regresso, sem dificuldades, atingiram o Caçanje, em 1814, realizando assim, em doze anos a travessia da África meridional nos dois sentidos (fig. 5).

A razão tinha sido mais uma vez a atracção do ouro do Muenemutapa [4], que todos sabiam estar do lado oriental da África, mas era preciso abrir caminho até às minas e a gente de Angola queria desviar esses interesses para a costa ocidental, pois era no centro da África que essas informações se podiam obter, dado o poder dos soberanos das Lundas.

Do ponto de vista científico, mais uma vez o diário desta exploração ficou esquecido e só foi publicado em 1843, tal como tinha acontecido com os dados do Dr. Lacerda e Almeida. As suas informações permitiram lançar os primeiros dados sobre o grande espaço em branco na carta da África central, dado que os registos destes «pombeiros» constituiam a única notícia sobre aquela vasta região, situada entre o Cassai e o lago Moero (fig. 5).

Muito embora pese o atraso de cerca de trinta anos para a sua publicação, estes «pombeiros» foram enviados, na altura, à corte portuguesa no Brasil para poderem dar de viva voz todos os esclarecimentos. O Governo reconheceu a importância do feito e recompensou-os.

2.2.2. Actividades científicas

No que concerne ao trabalho geográfico desenvolvido pela **Comissão,** este teve início em 1887, com a delimitação da fronteira sul do território de Moçambique. Os planos de trabalho eram definidos conjuntamente com a Sociedade de Geografia de Lisboa. De entre os investigadores, iremos destacar o qualificado trabalho de Gago Coutinho, destinado ao levantamento das nossas cartas coloniais.

O trabalho desenvolvido por este geógrafo e cartógrafo durante os quatro anos que durou a Missão Geodésica da África oriental, criada em 1907 e por ele

[4] A primeira grande notícia sobre o Império do Muenemutapa foi trazida à cultura europeia com o trabalho de Duarte Barbosa (1518), tendo o autor revelado ao Ocidente uma nova imagem da África.

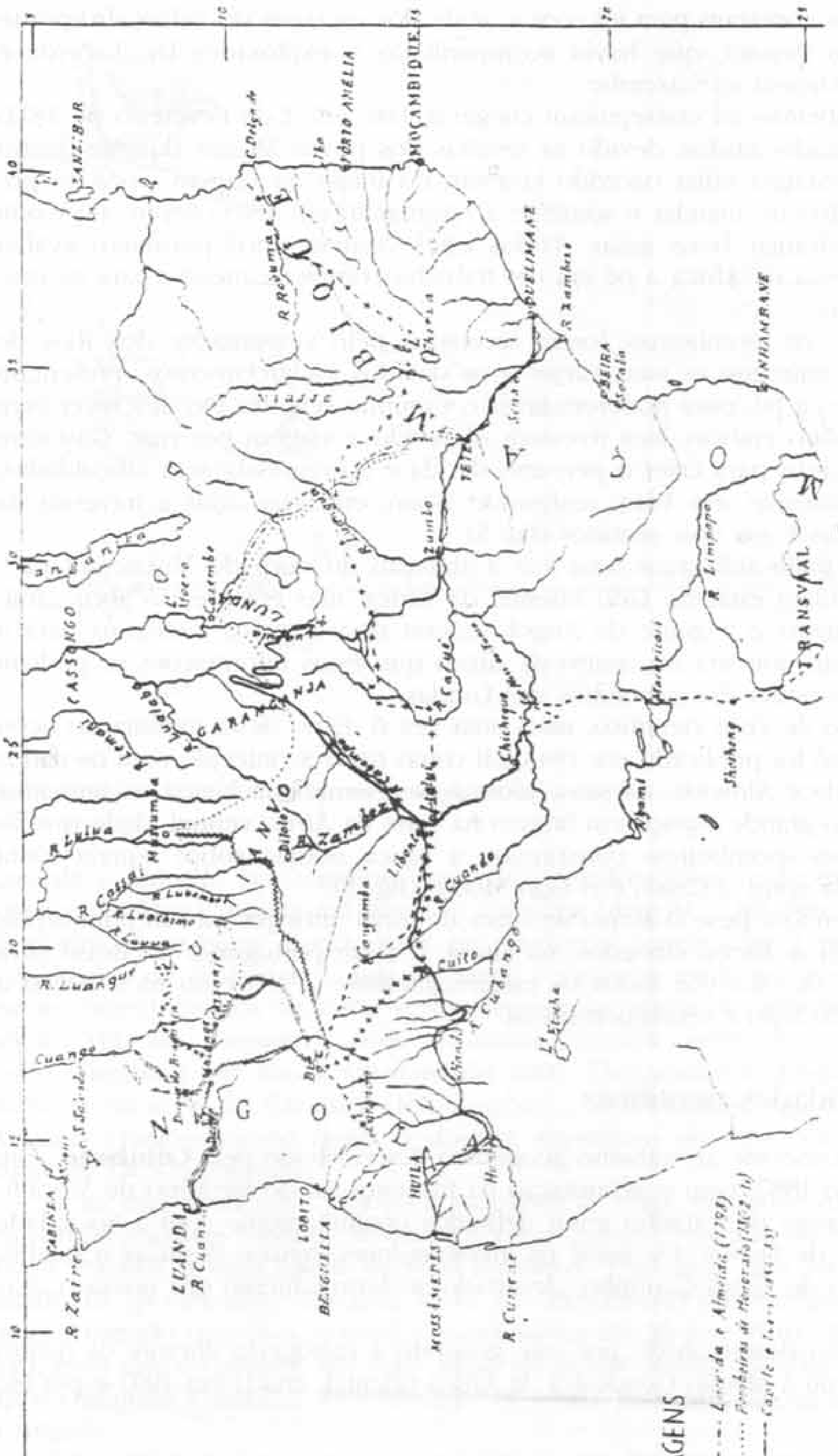


Fig. 5 – Rotas para o conhecimento do interior da África – Lacerda e Almeida – 1798, dos "pombeiros" Pedro Baptista e Amaro José – 1802 a 1811 e Capelo e Ivens – 1884 a 1885.

chefiada, permitiu demonstrar de acordo com as suas palavras, proferidas na Conferência havida na Sociedade de Geografia (em 18 de Março de 1920), "por métodos científicos e com outras possibilidades, proporcionadas pelo século XX, que os dados que obteve eram idênticos aos dos exploradores portugueses do século anterior como Serpa Pinto ou Capelo e Ivens" (fig. 6).

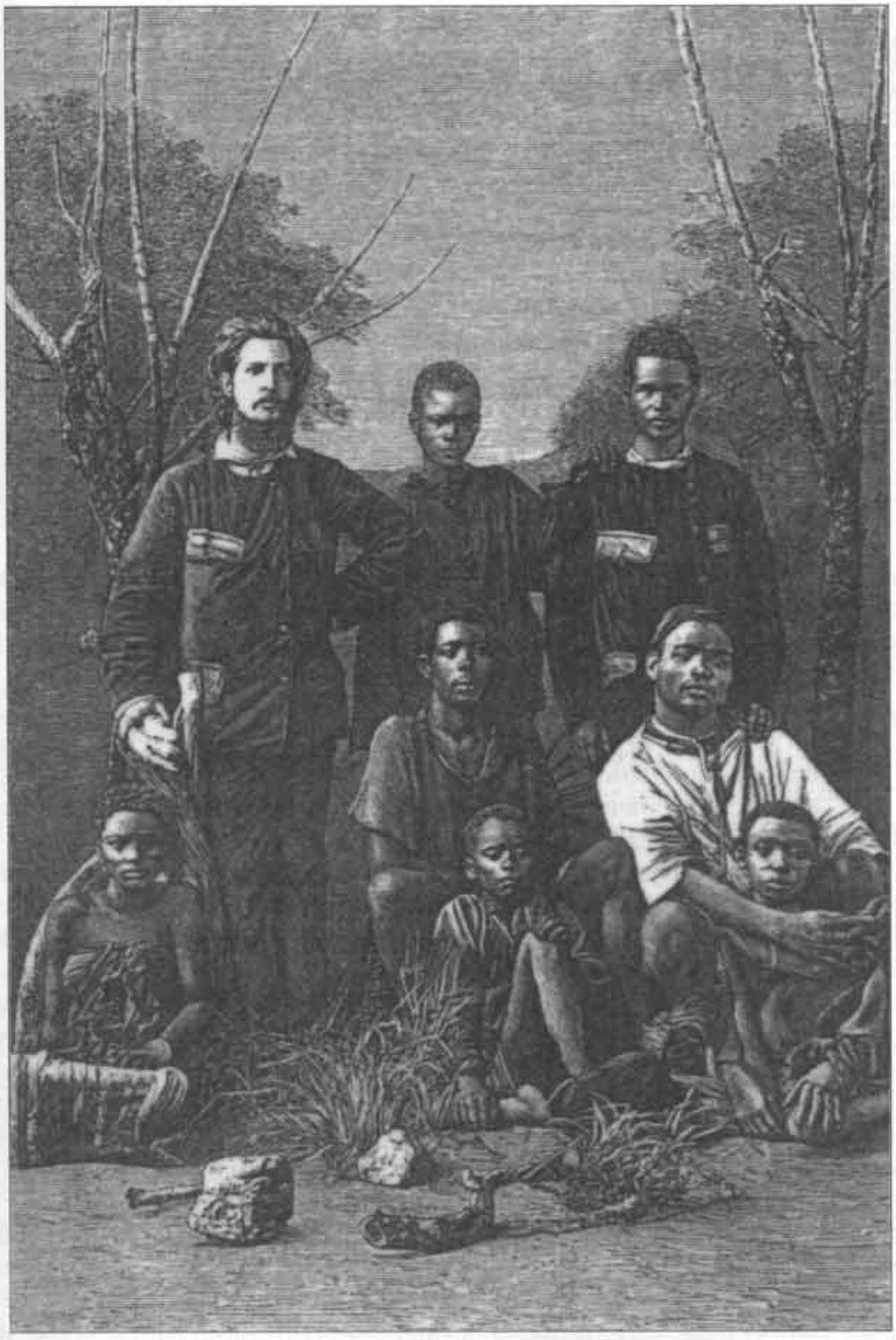


Fig. 6 – Um explorador na África do século XIX – Serpa Pinto.

Capelo e Ivens haviam efectuado a viagem desde Angola à contra costa, (fig. 5), isto é, chegado à costa de Moçambique, tendo realizado explorações científicas e efectuado levantamentos cartográficos, actividades pelas quais Portugal tinha pretendido chamar a atenção de alguns países da Europa para o seu real interesse pelo conhecimento do Ultramar. O resultado do trabalho destes exploradores tinha sido obtido, segundo Gago Coutinho, com «miseráveis recursos», ao passo que os dele resultavam de um qualificado equipamento, dispondo de bons carregadores e carros de bois para o transporte (situação de grande significado para a época), além da colaboração de dedicados amigos. Deste modo, enalteceu a qualidade do levantamento cartográfico que havia sido desenvolvido por Portugal no campo da Geografia no Ultramar no século XIX.

Gago Coutinho pôde, com o trabalho desenvolvido – *Levantamento das nossas Cartas Coloniais* (1921) (Da Comissão de Cartografia 1883..., 1983), confirmar os resultados obtidos pelos exploradores portugueses em África e não os de Livingstone, Cameron ou Stanley.

No que concerne a obras produzidas e de acordo com os interesses da época, a sua atenção continuava voltada para os problemas geográficos servindo a Geografia Física. No que respeitava às sociedades africanas o interesse não parece ter existido.

2.3. *O avanço do colonialismo*

Em África, tinha-se assistido (desde os finais da última década do século XIX até aos finais da Primeira Grande Guerra), à instalação das infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, acompanhadas de uma certa evolução social, tendo por objectivo a exploração dos recursos naturais africanos, como animais, vegetais e minerais em proveito das potências europeias. As relações entre os africanos e os europeus tinha-se alterado: deixaram de ser parceiros comerciais, sendo o efeito mais imediato da dominação colonial sido sentido sobre os mercadores e, consequentemente, no final deste período, assistiu-se ao declínio total da classe dos mercadores africanos e árabes.

A ocupação e a partilha da África, confirmada na célebre Conferência de Berlim, que decorreu de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Novembro de 1885 (fig. 7), foi possível porque os europeus sabiam bastante sobre África, devido à acção dos missionários e dos exploradores, no que respeitava aos seus aspectos físicos, aos recursos, bem como à força e debilidade dos estados africanos e em contrapartida, os africanos nada sabiam da Europa. Contaram também os novos recursos da medicina e sobretudo o desenvolvimento proporcionado pela revolução tecnológica. Não parece, contudo, que alguma vez os africanos tenham ficado indiferentes à ocupação da África, muito embora não pretendessem derrubar neste período o sistema colonial, antes lutavam para melhorar o seu nível de vida e a sua condição de homens livres, o que deve ter feito nascer uma consciência comum da sua condição de negros e africanos. Albert Boahen (1991, p. 40), assinala que os primeiros protestos remontam a 1911.

Neste período de subordinação, podem-se considerar duas fases, decorrendo a primeira de 1880 a 1900, em que os dirigentes africanos tentaram por

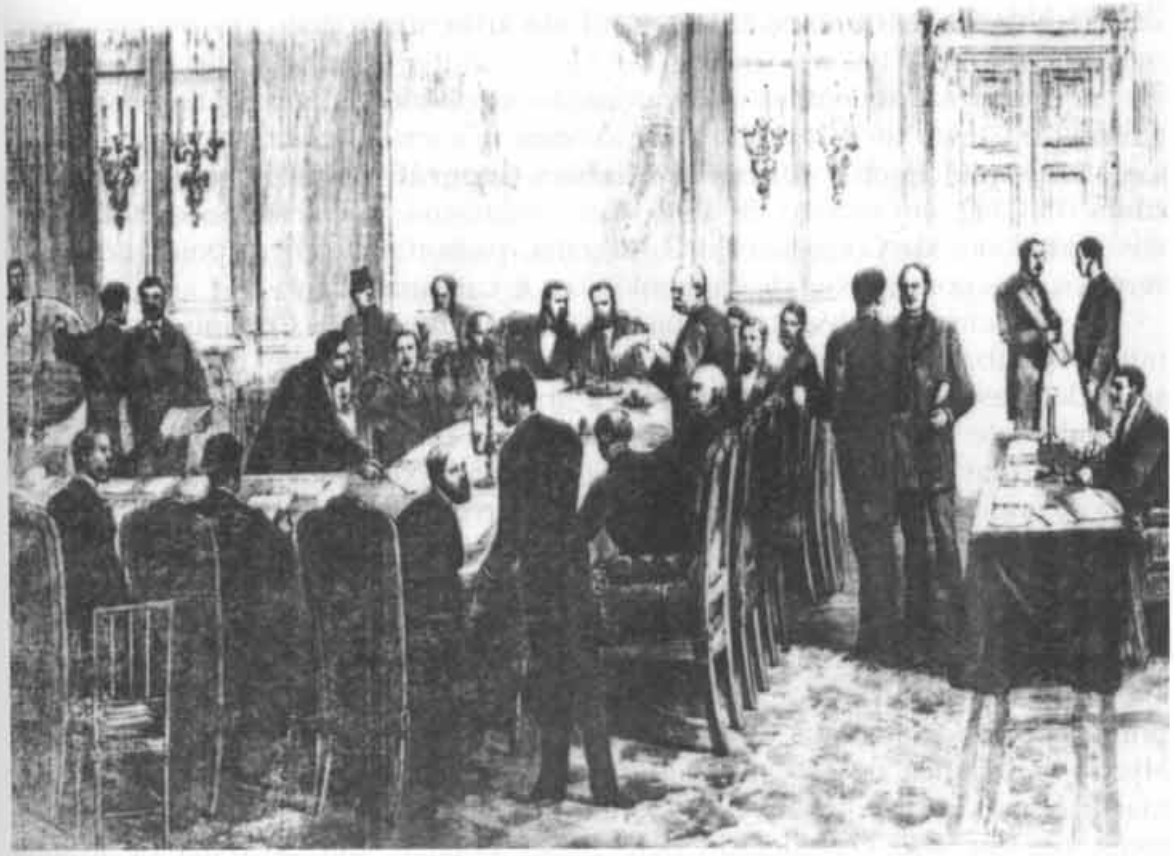


Fig. 7 – A Conferência de Berlim, os participantes, 1884-1885.

todos os meios defender a sua soberania, celebrando tratados, em nome dos interesses do seu povo e uma segunda que decorreu até 1919.

Este primeiro período, correspondeu também, à fase da conquista, durante o qual Portugal tentou ganhar terreno, haja em vista o célebre Mapa Cor de Rosa. Foi ainda o período da exploração científica e do conhecimento do interior da África. Entre 1915 e 1918, registou-se um período de grandes carências e dificuldades. Uma das obras mais importantes foi a construção dos caminhos de ferro, sendo a inflação uma das maiores fontes de lucros, nomeadamente na África Ocidental, dominada pelos Franceses e Belgas, como refere Catherine Coquery-Vidrovitch (1991).

O segundo período, que decorreu nos anos de 1919 a 1935, pode ser considerado o período do apogeu do colonialismo. Todos tinham interesses a defender. Os africanos lutavam pela livre circulação, contra a baixa do preço dos produtos, contra os elevados impostos, contra a segregação racial, pela criação de escolas, encontrando-se já a direcção das actividades nacionalistas concentradas nas mãos dos intelectuais africanos, dado que alguns tinham vindo estudar para a Europa. Há também a assinalar, com base no Islão, o movimento que conduziu ao desenvolvimento da instrução e à criação de bibliotecas nas colónias do norte de África.

A África estava uma vez mais a mudar, após ter sido o último continente dominado pela Europa.

2.3.1. Novos interesses e o papel da investigação

A problemática relativa à investigação em África conduziu em Portugal à reforma orgânica do Ministério das Colónias e à extinção da Comissão de Cartografia, sendo criada a **Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais** (JMGIC), em Janeiro de 1936. Este organismo, que resultou da ampliação das atribuições da Comissão de Cartografia, passou a receber apoios de outros serviços, tais como geográficos, geológicos e cadastrais.

O primeiro Presidente da Junta foi o Almirante Gago Coutinho, que continuou os trabalhos de cartografia (que vinha dirigindo desde 1925), para assim se poder desenvolver o Ultramar com a abertura de estradas e definir o traçado das linhas de caminho de ferro. No âmbito desta nova instituição, foram também iniciadas as Missões Antropológicas, dando resposta ao que havia sido proposto no 1.º Congresso Colonial, que decorrera no Porto, em 1934, e com as quais se pretendia dar início ao estudo sistemático das populações do Ultramar.

A investigação científica ultramarina tinha-se expandido e avançado para o terreno; ao reconhecimento geográfico ia poder acrescentar-se o reconhecimento científico das populações africanas e da sua cultura.

As Missões Antropológicas tiveram início, em 1936; a de Moçambique foi a primeira e funcionou nos dois primeiros anos, agregada administrativamente à Missão Geográfica de Moçambique. O objectivo destas missões era o de efectuar o estudo antropológico das diferentes etnias e realizar pesquisas arqueológicas, por ter sido considerado pelo poder político, que se tinha de avançar para o terreno, porque a África não podia ser estudada da Europa.

Outras missões foram sendo criadas, abarcando a Hidrografia, a Geografia, a Botânica , a Geologia e a Zoologia e distribuídas de Angola a Timor. Todos os dados referentes às diferentes missões, com as respectivas legislações e programas e os trabalhos realizados em cada campanha foram tratados e publicados em cartas geográficas, planos hidrográficos e geológicos, artigos em revistas e dados à estampa diferentes livros. Foram também recolhidos materiais arqueológicos e etnológicos, porque até essa data sabia-se muito pouco sobre a Pré-História relativamente à Guiné, Angola e Moçambique, sendo o Ultramar português considerado como um «livro fechado».

As primeiras descobertas conhecidas referem-se a dois utensílios de pedra polida, recolhidos em Bolama (Guiné) em 1882, pelo Cónego Marcelino de Barros e estudados, em 1908, pelo Dr. Félix Alves Pereira (tendo um deles sido oferecido ao Museu Arqueológico de Belém). A outra recolha era de 1905, na zona fronteiriça do Leste, entre os rios Cocoli e Fefiné e constituída por uma série de pontas, lâminas e lascas retocadas, as quais foram descritas por Hamy, em 1905. No que respeita a Angola, coube a Ricardo Severo a primeira publicação sobre arqueologia, em 1890. Em 1900, P. Choffat e Nery Delgado iniciaram os estudos do Paleolítico, considerando-se encerrada esta primeira fase com a síntese elaborada por Leite de Vasconcelos, em 1913.

Quanto a Moçambique, no que concerne à arqueologia, as únicas informações referentes a indústrias líticas deviam-se a L. Peringuey, que publicou na Mozambique Gazette, em 1912, uma nota sobre os materiais recolhidos no vale do Umbeluzi por S. Rayan. Leite de Vasconcelos também referiu uma peça encontrada na ribeira de Buzi e publicada no Archaeologo Português, em 1913

(peça que se encontra hoje no Centro de Pré-História e Arqueologia). Do mesmo modo, J. Wayland [5] publicou na revista Man, em 1915, um artigo sobre alguns seixos lascados, recolhidos no cascalho do rio Monapo.

Esta situação havia sido igualmente confirmada pelo Prof. Mendes Correia, no 1.º Congresso Colonial de Porto, em 1934, quando referiu que nada mais tinha encontrado.

No âmbito da Missões Antropológicas e Etnológicas, coube o mérito da descoberta da primeira jazida da Idade da Pedra – Later Stone Age – ao Prof. Santos Júnior, em Marissa, no vale da Zambeze, em 1936 (fig. 8).

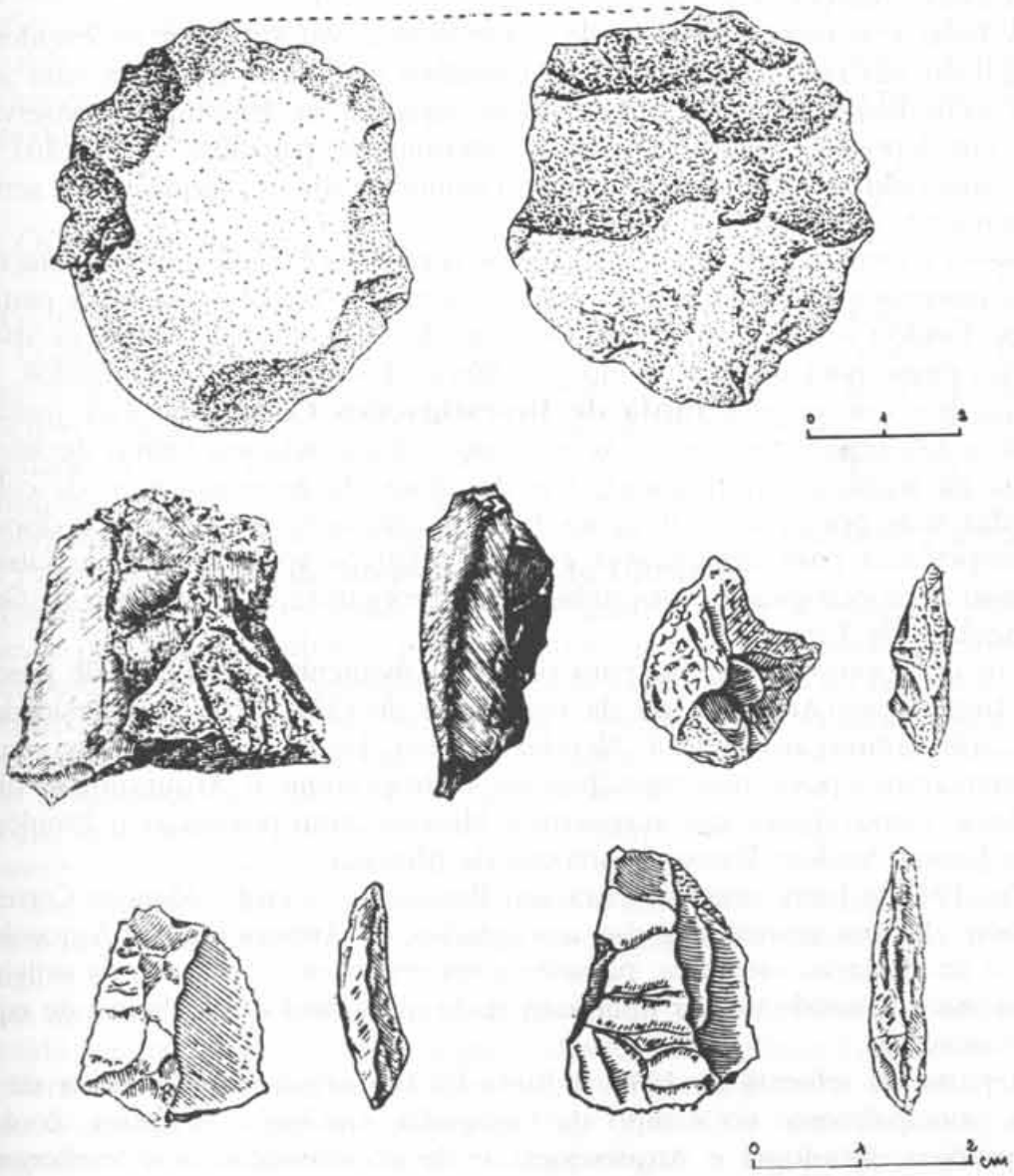


Fig. 8 – Utensílios líticos da estação Pré-Histórica de Marissa (MAM recolha de 1936).

[5] E. J. Wayland era director dos Serviços Geológicos do Uganda, quando recolheu aqueles seixos, por os considerar idênticos aos descobertos em Ceilão. Foi igualmente ele quem criou o termo Pebble Culture e Kafuense (do rio Kafué), em 1920.

Os trabalhos de gabinete intensificaram-se sobre o material recolhido nas diferentes Missões. Iniciou-se a publicação da colecção de *Memórias*, imprimiram-se novas cartas e avançou-se na elaboração do chamado *Atlas do Império Colonial Português*.

Por alegada deficiência orgânica apresentada pelos seus membros, em 1945, a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais foi novamente reestruturada e passou a designar-se **Junta de Investigações Coloniais**, tendo portanto a investigação científica recebido um novo impulso, o que lhe permitiu ter uma maior eficiência e contribuir para o progresso da técnica e dar resposta à política de colonização que nela se alicerçava, sendo na altura Ministro das Colónias, Marcelo Caetano.

À Junta é cometido a partir de então custear ou subsidiar os estudos em Portugal ou nas colónias, publicar os trabalhos científicos e os das suas actividades, continuar a organizar missões para trabalhos no Ultramar e conservar as cartas em depósito (sempre um valor determinante para esta instituição), bem como uma cuidada colaboração tecnico-científica com os organismos e serviços existentes nas colónias.

Nessa mesma altura, em África, novos ventos sopravam, muitas alterações e outros interesses se evidenciaram com a Carta das Nações Unidas, a partir da qual se fundou a ONU, em 24 de Outubro de 1945. Estava finalmente dado o primeiro passo para o direito à independência dos territórios colonizados.

No que concerne à **Junta de Investigações Coloniais**, esta passou a constituir um organismo aberto, tendo sido considerada um marco decisivo na história da legislação portuguesa, nos domínios da investigação e da cultura. Uma das suas principais atribuições foi a organização de Missões e dispunha de competência para desenvolver estudos relativos ao Homem e à Natureza. A Missão Antropológica de Moçambique foi reorganizada e criadas a da Guiné, de Angola e de Timor.

Um dos pontos de apoio para o desenvolvimento desta fase de pesquisa foi o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, sob a direcção do Prof. Mendes Correia. Deste, saíram algumas figuras que marcaram época nos trabalhos de Antropologia e Arqueologia, distinguindo-se como chefes das respectivas Missões Antropológicas e Etnológicas Santos Júnior, Amilcar Mateus e António de Almeida.

Em 1946, a Junta nomeou para seu Presidente o Prof . Mendes Correia, o qual veio dar um grande impulso aos estudos da Antropologia e Arqueologia, tendo a investigação científica, passado a ser reconhecida como uma actividade profissional, deixando de ser uma actividade individual e o trabalho de equipa a ser valorizado.

A partir da reforma de 1945, a Junta foi um organismo promotor de pesquisas principalmente no campo da Geografia, Geologia, Botânica, Zoologia, Antropologia, Etnologia e Arqueologia e de coordenação nos territórios de além-mar, tendo atingido o ponto máximo da sua expansão, capacidade e versatilidade, o que permitiu ser considerada uma grande instituição científica, dotada de fecunda polivalência, ao longo de quase três décadas de continuada actuação. Passou a ser um organismo técnico-administrativo e no domínio económico, registava-se uma planificação integrada da economia de Portugal e das colónias, o que contribuiu para algumas mudanças na política ultramarina.

A investigação colonial passou a ser igualmente debatida numa série de Colóquios, nos anos de 1949 e 1950, sendo o Planeamento da Investigação um dos temas abordados. Segundo Orlando Ribeiro, que neles participou, "cada país deve contribuir para o conhecimento dos territórios que lhe pertencem e tem a obrigação de dar uma contribuição para os problemas gerais da ciência", tendo considerado fundamental o trabalho de campo, muito embora a forma precisasse de ser revista. O tema fundamental da tese daquele Professor foi o que chamou «espírito do trabalho científico», tendo apresentado a investigação como um trabalho desinteressado, livre e criativo (...) (Ribeiro, 1950).

Nada disto era afinal novo, visto que, desde o século XVIII, a curiosidade científica tinha já orientado as chamadas "Viagens Filosóficas", que remontam a 1779, sob a égide da Academia das Ciências, as quais tinham posto em evidência a importância do trabalho de campo, muito embora este não tivesse sido de um modo continuado.

2.4. *Os ventos da mudança*

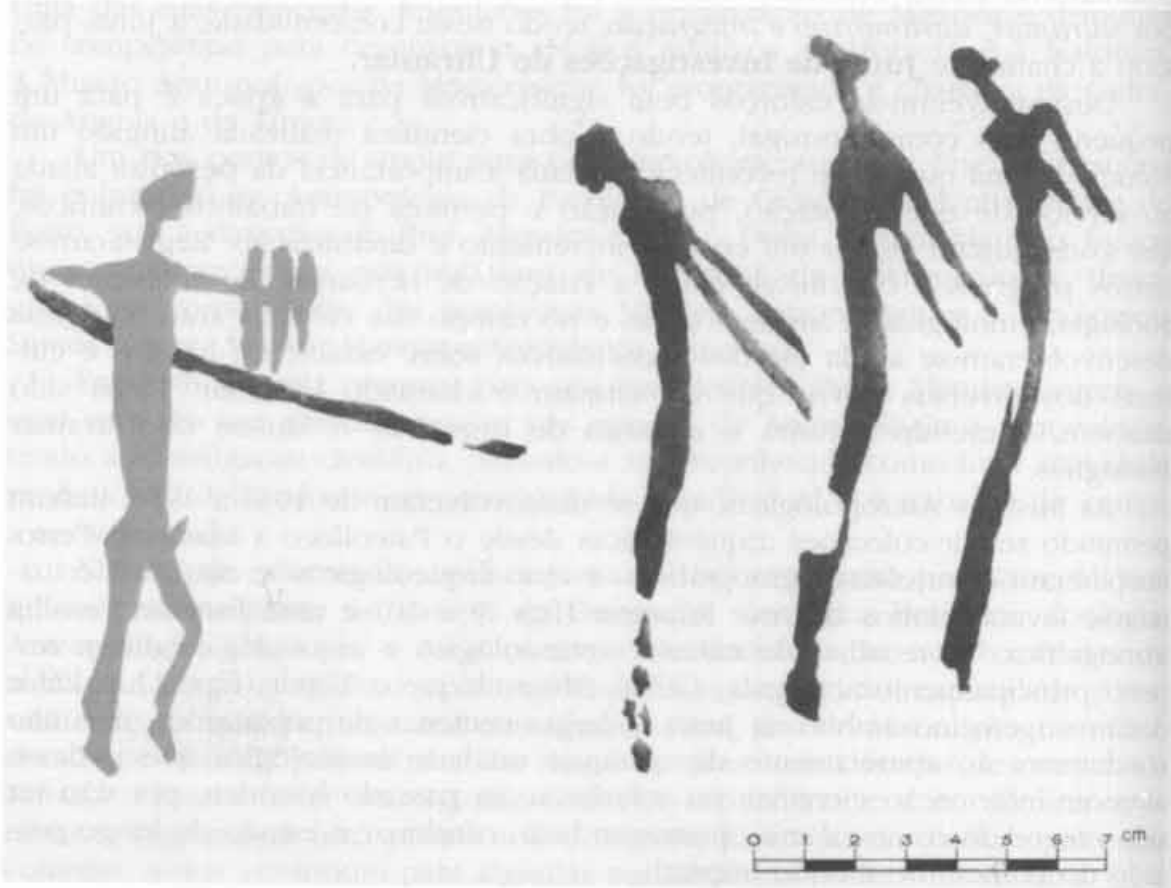
Em Portugal, procurava-se lutar «contra os ventos de mudança», com uma nova Constituição da República de 1951: manter as colónias, que passaram a chamar-se Províncias Ultramarinas, a fazer parte integrante do Estado português e a serem solidárias com Portugal, o que implicava assegurar a sua defesa e integridade. A marca exterior foi a substituição dos termos identificados com o colonialismo como: *colónias, colonial, colonização* que passaram a designar-se por *ultramar, ultramarino e integração*, tendo nessa conformidade, a Junta passado a chamar-se **Junta de Investigações do Ultramar.**

Desenvolveram-se esforços bem significativos para a época e para um pequeno país como Portugal, tendo a obra científica realizada atingido um volume e uma qualidade reconhecidas, dada a importância da pesquisa aliada ao serviço de documentação, publicação e permuta de trabalhos científicos, que conseguiram atingir um enorme incremento e dinamização. Registaram-se outros progressos científicos, como a criação de herbários, de colecções de zoologia, etnológicas e arqueológicas e no campo das ciências antropológicas desenvolveram-se ainda estudos significativos sobre caracteres, hábitos e culturas dos diversos povos que constituiam o chamado Ultramar. Tinha sido também, cometido à Junta o encargo de organizar o Museu do Ultramar Português.

As Missões Antropológicas, que se desenvolveram de 1936 a 1956, tinham permitido reunir colecções arqueológicas desde o Paleolítico à Idade do Ferro. Recolheram-se artefactos etnográficos e etno-arqueológicos e outros. Efectuaram-se levantamentos de Arte Rupestre (figs. 9 e 10) e uma frutuosa recolha iconográfica. As recolhas de carácter antropológico e arqueológico dizem respeito principalmente a Angola, Guiné, Moçambique e Timor (figs. 11 e 12) e deram origem, no âmbito da Junta, a largas centenas de publicações, mas não conduziram ao aparecimento de qualquer unidade museológica que pudesse oferecer informação científica ou referência ao passado histórico, por não ter sido entendido como tal mas, permitem hoje, continuar o estudo do longo passado do homem no mundo tropical.

Fig. 9 – Levantamento de arte rupestre na serra Chicolone, no âmbito da MAM (Santos Júnior – 1937).

Fig. 10 – Pormenor das pinturas rupestres de Mavita (segundo Santos Júnior).



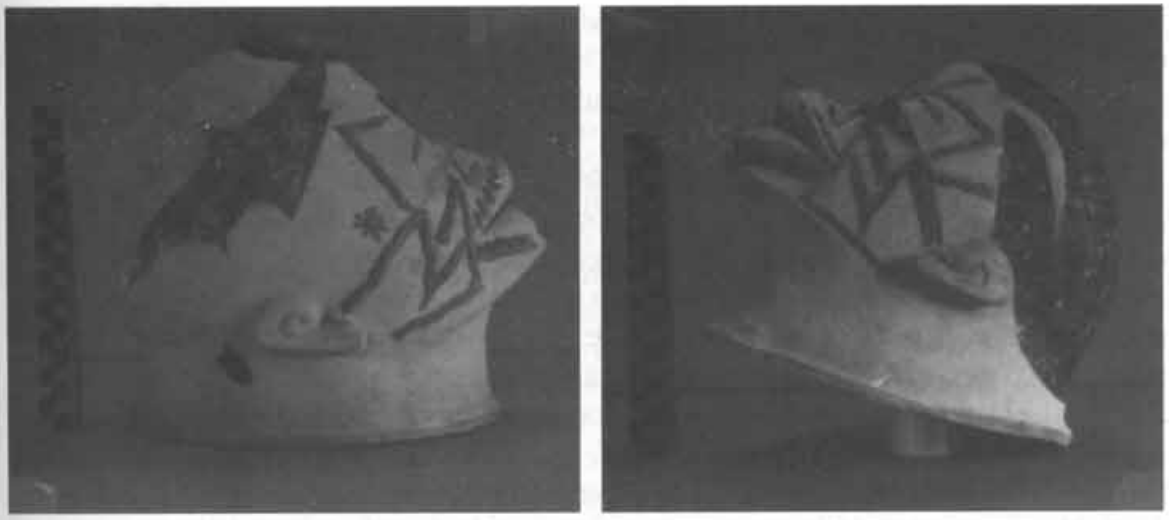


Fig. 11 – Material etnográfico – máscaras Maconde. a) Alt. 25 cm; diâm. base 23, 5 cm. b) Alt. 22, 5 cm; diâm. base 24, 5 cm (recolha de Santos Júnior – 1946).

Fig. 12 – Recolha antropológica em Timor (António de Almeida – 1958).

Novas alterações se deram na política colonial como consequência da Conferência Afro-Asiática de Bandung, realizada em 1955, a qual levou a pensar que as ideias de um Portugal de além-mar estavam seriamente postas em causa.

Entretanto em Moçambique, foi iniciado o estudo da vida e cultura do povo Maconde, do norte (fig. 13), por uma equipa chefiada por Jorge Dias, cujos resultados se concretizaram numa larga monografia intitulada *Os Macondes de Moçambique*, editada em quatro volumes, de 1964 a 1970. Organizou-se então a 1.ª exposição "Sobre a Vida e Arte do Povo Maconde", a qual foi o ponto de partida para a criação de uma estrutura museológica que conduziu ao Museu de Etnologia, hoje, Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa.

O ex-Museu de Etnologia do IICT, pensado em 1965, teve como objectivo fundamental a recolha, conservação, restauro e catalogação de todos os materiais de interesse etnológico e antropológico, de forma a impulsionar a investigação no ramo das Ciências Sociais, tanto de Portugal como de outros países da Europa, mas sobretudo dos tropicais.

O seu acervo de cerca de 25 mil peças (segundo os dados do Anuário do IICT), foi sendo obtido principalmente por aquisição, a partir do núcleo inicial de cerca de 300 peças, recolhidas nos Macondes, pela equipa de Jorge Dias.

Fig. 13 – Estudo dos povos Maconde – mulheres pilando cereais – Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar (Jorge Dias).

O museu foi aberto ao público, em Dezembro de 1985, sendo dotado de infraestruturas e de qualificado equipamento técnico.

Deste modo, estava dado mais um passo nos estudos de ciências sociais, procurando-se descentralizar os objectivos dos estudos nos domínios antropológicos. As pesquisas científicas, porém, só voltaram a ser implementadas a partir da criação da Missão de Fomento e Planeamento do Zambeze, nos primórdios dos anos 70, sendo realizadas no âmbito da construção da barragem de Cahora Bassa e centradas na área da futura albufeira e no planalto do Songo.

O trabalho, no que respeitava às ciências sociais, desenvolveu-se segundo duas temáticas mas, com novos moldes, uma voltada para a vertente antropológica e outra para a arqueológica, tendo sido criada a primeira missão de arqueologia no âmbito desta centenária instituição, denominada – Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia do Grupo de Missões Científicas do Zambeze (da qual fizemos parte na qualidade de Adjunto) (fig. 14).

Esta missão de Estudos desenvolveu as suas actividades nos anos de 1971 e 1972 e foi chefiada pelo investigador Dr. Miguel Ramos, que organizou e estruturou a Secção de Pré-História e Arqueologia do então Centro de Estudos de Antropobiologia, do qual foi igualmente o último Director.

Em 1973, após demorado estudo, a Junta foi de novo reestruturada e passou a chamar-se **Junta de Investigações Científicas do Ultramar,** cujo programa se destinava a entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1974 mas, foi alterado com o 25 de Abril, acontecimento desse mesmo ano, o qual deu lugar aos novos países de expressão portuguesa.

3. O IICT – Documentação/Património

Um século depois surgiu uma nova instituição – o **Instituto de Investigação Cientíca Tropical** (definido pelo Decreto-Lei 160/83 de 19 de Abril) e regulamentado em seis Departamentos e vinte e três Centros, de que destacamos o Departamento de Ciências Históricas, Económicas e Sociológicas. Constituem este Departamento, o Centro de Pré-História e Arqueologia; o Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; o Centro de Estudos Africanos e Asiáticos e o Centro de Socio-Economia, (sendo estes dois últimos de formação recente) e o Arquivo Histórico Ultramarino.

O acervo deste núcleo de centros é de grande valor patrimonial e significado histórico-cultural, além de único, exigindo para a sua conservação, trabalho, saber e dedicação. Sublinhamos ainda que a criação do IICT como lugar histórico e antropológico que é, permite um contacto com o passado, que pode ser reutilizado, mas não visitado, muito embora possa motivar a recriação desse mesmo passado.

– O **Arquivo Histórico Ultramarino** possui o maior acervo documental no qual se incluem os documentos que constituiam os Arquivos Reais do Conselho da Fazenda, do Conselho da Índia, do Conselho Ultramarino, do Conselho da Guerra, do Desembargo do Paço e outros, os códices e documentos avulsos enviados de Moçambique (salvos no tempo de António Enes). A mais antiga documentação é do século XV até cerca de 1883, data da extinção do Conselho Ultramarino no seu primeiro período. Tem ainda cerca de dois mil

Fig. 14 – Aspecto dos trabalhos de campo no recinto muralhado do Songo, em 1971 – Missão de Estudo ao vale do Zambeze – Área de Cahora Bassa.

códices que vão do século XVI ao XIX. Guarda ainda uma larga colecção de mapas, cartas, desenhos, gravuras, manuscritos e impressos de enorme valor histórico e peças museológicas. Toda esta documentação se encontra organizada com base em critérios geográficos e cronológicos.

Possui igualmente documentação posterior a 1883, oriunda de diversos departamentos públicos ligados à administração ultramarina, bem como toda a documentação vinda do extinto Ministério do Ultramar, depois de 1974. Mantém a funcionar um qualificado laboratório de restauro especializado em pergaminhos e papel. Dispõe de uma sala de leitura e consulta e encontra-se instalado no Palácio da Ega, desde 1929.

– O **Centro de Pré-História e Arqueologia** possui um acervo bibliográfico especializado em Pré-História e Arqueologia africana, do Magreb à África do Sul , além de livros e periódicos referentes a países europeus, nomeadamente a Portugal continental, França, Inglaterra, Alemanha e outros. Publicações referentes a técnicas de restauro e conservação de materiais arqueológicos, a estudos do Quaternário, Sedimentologia e Palinologia. Este acervo ainda não se encontra informatizado, mas pode ser consultado.

Dispõe de uma completa e bem organizada cartoteca, sobre Portugal, Angola, Moçambique, Timor e é depositário da maior colecção de materiais arqueológicos da Idade da Pedra e da Idade do Ferro africana existente em Portugal, proveniente de Angola, Moçambique e de Timor, recolhidos principalmente durante a vigência das campanhas das antigas Missões Antropológicas e Etnológicas de Angola, Moçambique e Timor; da Missão de Estudos ao Sudoeste de Angola e da Missão de Estudos de Pré-História e Arqueologia ao Vale do Zambeze.

Estes materiais constituem elementos informativos do longo passado do Homem e permitem o estudo da realidade cultural de diferentes regiões, encontram-se devidamente conservados, marcados, fichados e ordenados de acordo com as normas museológicas. Alguns foram sendo alvo de trabalhos de restauro, sem o qual se teriam perdido (trabalhos que foram sendo desenvolvidos pela autora ao longo dos anos), não estando a área das colecções aberta ao público.

– O **Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga** dispõe de um qualificado acervo cartográfico referente a Portugal, ilhas adjacentes e antigas colónias, no qual se incluem todos os mapas da extinta Comissão de Cartografia do Ministério das Colónia e os do Ministério da Marinha e do Ultramar. Dispõe também, de um excelente acervo bibliográfico, no qual se incluem obras de grande valor histórico, como são os cinco grandes volumes da *Portugallae Monumenta Cartographica*, de primorosa realização, assinada por Teixeira da Mota e Armando Cortesão. Em anexo, funciona a Filmoteca Ultramarina Portuguesa que publicou, pelo menos, 45 volumes de sumários e catálogos dos fundos documentais em filmes que podem ser consultados.

– O Instituto tem ainda um **Centro de Documentação e Informação** dependente directamente da Comissão Executiva, o qual compreende uma qualificada biblioteca com mais de vinte mil livros e cinco mil periódicos, com possibilidades de leitura. Publica o catálogo das publicações existentes na biblioteca do Centro. Possui o inventário do acervo das bibliotecas existentes nos diferentes Centros do IICT e de outras bibliotecas consideradas de interesse relativamente ao ex-Ultramar. Tem uma secção de publicações que edita as publicações dos diferentes centros da instituição, uma de intercâmbio e difusão e outra de relações públicas. Mantém actualizada as bibliografias relativas às actividades dos investigadores do Instituto e dos trabalhos editados.

4. **Considerandos**

À distância de mais de um século, parece-nos hoje, que todo o trabalho desenvolvido relativamente ao reconhecimento geográfico com que a Comissão de Cartografia iniciou a cobertura cartográfica dos actuais países de expressão portuguesa até aos finais do século XIX, a que se seguiu um alargado reconhecimento científico nos ramos da Geografia, Geologia, Mineralogia, Agronomia, Antropologia e Arqueologia fundamentalmente, permite hoje ao IICT ser o detentor de um valioso e único património histórico-cultural do mundo tropical de expressão portuguesa.

O resultado do trabalho desenvolvido que se pode consultar e apreciar nos diferentes tipos de suporte, continuará a ter cada vez mais mérito, ficando a sua existência a dever-se ao contributo de grandes homens de saber e espírito de bem servir a investigação que, por vezes na sombra, enfrentaram perigos e privações de vária ordem, mas conseguiram levar até ao fim a missão que se propuseram realizar.

Este património continua a ter toda a validade para a construção da História, afinal comum, de Portugal e dos países ditos de expressão portuguesa.

Presentemente, o IICT procura continuar as suas actividades do ponto de vista científico, tecnico-cultural e de cooperação com diferentes países das regiões tropicais, nomeadamente os de expressão portuguesa, contribuindo para a realização de eventos científicos e dando à estampa obras de elevado mérito científico.

Bibliografia

ALMEIDA, F. L. (1936) – *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida*. Lisboa: [s.n.].

ANAIS da Junta de Investigações Coloniais. Lisboa. vol. 1, II parte (1946)

ANAIS. Lisboa: Ministério do Ultramar, JIU. vol IX, t. I. (1954).

ANUÁRIO Colonial. Lisboa: Imprensa Nacional. 1916.

BARBOSA, D. (1518) – *Livro em que se dá a relação do que vi e ouvi no Oriente sobre o Império do Monomutapa*.

Cit. por BETTS, R. (1991) – *A dominação europeia: métodos e instituições*. São Paulo: Ática, Unesco. vol. VII.

BOAHEN, A. (1991) – A África diante do desafio colonial. In *História geral de África*. S. Paulo: Ática, Unesco. vol. VII.

CAPELO, H. ; IVENS, R. (1952) – *Diários da Viagem de Angola à Contra Costa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

CONGRESSO Nacional de Antropologia Colonial, 1.º, Porto, 1934. Porto: Edição da Exposição Colonial Portuguesa. vols. I e II.

COQUERY-VIDROVITCH, C. (1991) – *Economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)*. São Paulo: Ática, Unesco. vol. VII

CORREIA, A. A. MENDES (1936) – *Pré-História de Moçambique – Um Plano de Estudos*. Porto: Imprensa Portuguesa.

CORREIA, A. A. MENDES (1951) – O estudo das populações e o futuro do Ultramar. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 69.ª Série, n.os 7 e 8.

DA COMISSÃO de Cartografia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 anos de História. Lisboa: IICT, 1983.

DOMINGOS, M. H. (1987) – Um Instituto, uma História. *ICALP: revista*. Lisboa. 10, p. 99-105.

EXPLORAÇÕES dos Portugueses no interior d' África meridional. *Annaes Marítimos e Coloniais*. Lisboa. 3.ª série (1843). Parte não oficial.

FAGE, J. D. (1982) – A evolução da historiografia de África. In *História geral de África*. São Paulo: Ática, Unesco. vol. I.

O IMPÉRIO Português na 1.ª Exposição Colonial Portuguesa – Porto. Imprensa Nacional, 1934.

LEVANTAMENTO das nossas cartas coloniais. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 39, n.os 3 – 4 (1921) 103 a 122.

MORENO, Mateus (1950) – *A Sociedade de Geografia de Lisboa – 1870/1950*. Lisboa: Sociedade de Geografia.

MOTA, A. Teixeira da (1975) – *Obras Completas de Gago Coutinho*. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar.

OCUPAÇÃO Científica do Ultramar Português. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.

OCUPAÇÃO Científica do Ultramar Português – Plano elaborado pela JMGIC e Parecer do Império Colonial. Lisboa. Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais, 1945.

OLIVIER, R.; FAGE, J. D. (1980) – *A Short History of Africa*. Lisboa: Sá da Costa.

L' ORGANISATION de la Recherche Scientifque dans l'Afrique Portugaise. *Anais*. Lisboa: Ministério do Ultramar, JIU. vol. 6, 1: 1 (1951).

RAMOS, M. (1973) – *Aditamento à edição portuguesa da Pré-História de África*. Lisboa: Verbo. p. 232 –244.

RIBEIRO, O. (1950) – *Problemas da Investigação Científica Colonial*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais.

RODRIGUES, M. C. (1990) – *A Investigação de ontem e a sua contribuição para um melhor conhecimento do futuro*. Lisboa: IICT.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1982) – *A Sociedade Portuguesa de Antropologia e o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Ciências.

SANTOS, M.ª Emília M. (1988) – *Viagens de exploração terrestre dos Portugueses em África*. 2.ª ed. Lisboa: IICT.

SOUSA, M. A. Veiga e (1996) – *Livro de Duarte Barbosa*. Ed. crítica e anot. Lisboa: IICT. vol. 1.

TENDEIRO, J. (1958) – *A investigação científica no Ultramar Português*. Lisboa: Sociedade de Geografia.

VASCONCELOS, E. de (1913) – *Relatório acerca dos problemas coloniais*. Lisboa: Sociedade de Geografia.